



PONTOS-CHAVE

▶ Praticamente todo o mercado de capitais português está contra a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras, que está a ser preparado pelo Governo, tal como noticiado ontem pelo Diário Económico.

▶ Austeridade para 2013 vai além da discussão sobre a solução encontrada pelo Governo para resolver o problema criado pelo chumbo do TC ao corte dos subsídios de férias e Natal da Função Pública e pensionistas.

▶ Polícias anunciaram que se vão juntar à manifestação convocada pela CGTP para 29 de Setembro. Hoje serão os militares a decidir se também se juntam ao protesto contra os cortes que irão sofrer no OE/13.

Jose Manuel Ribeiro/Reuters



Bolsa, banca, cotadas e investidores contra taxa Tobin em Portugal

Perda de liquidez e fuga de investidores são os riscos mais apontados pelo sector.

Tiago Freire
tiago.freire@economico.pt

Praticamente todo o mercado de capitais português está contra a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras, que está a ser preparado pelo Governo, tal como noticiado ontem pelo Diário Económico. A própria bolsa nacional, as empresas cotadas, o sector financeiro e os investidores defendem que o objectivo do Executivo não será cumprido e temem que a medida possa vir a tornar ainda menos atractivo o mercado nacional e arrastar ainda mais a situação económica do país.

“Muitas vezes existe uma certa demagogia e cria-se uma ilusão de que a taxa sobre transacções financeiras vai conseguir onerar um conjunto de intervenientes que estão associados ao lado de quem tem mais possibilidades para pagar e a um lado menos positivo”, afirma ao Diário Económico o presidente da bolsa portuguesa, acrescentando que “isso é um erro” do seu ponto de vista. Para Luís Laginha de Sousa, presidente da NYSE Euronext Lisbon, “há o risco de se criar uma taxa sobre algo que vai deixar de existir”, já que “existe hoje um conjunto de facilidades de movimentação das transacções, o que pode fazer com que haja um risco de transferência dessas transacções para outras geografias”.

Na última reunião da Concertação Social, na qual se discutiram alternativas à mexida na Taxa Social Única, a proposta relativa à criação de um imposto sobre as transacções financeiras veio da CGTP, tendo o Governo demonstrado abertura para o introduzir. A central sindical defende uma taxa de 0,25% sobre todas as transacções de valores mobiliários, sendo que o Governo de Passos Coelho ainda não forneceu qualquer pormenor, tanto em termos de taxa como de universo a tributar.

Abel Ferreira, CEO da AEM - associação que agrupa boa parte das grandes empresas nacionais, nomeadamente todas as cotadas - é também claro na sua avaliação. “Estamos todos conscientes de que é preciso fazer sacrifícios, mas não é adequado fazer sacrifícios que não atingirão os objectivos pretendidos e que, em última análise, vão trazer ainda

maiores sacrifícios ao país e à economia”, defende. Aquando da discussão da Taxa Tobin, a nível europeu, um relatório pedido pela própria Comissão Europeia “mostrou que, mesmo no cenário mais optimista, esta medida provocaria uma descida do PIB europeu, que não seria compensada pela arrecadação de imposto”. Ora, defendem as cotadas, se são contra esta medida a nível europeu, pior será se Portugal o fizer de forma isolada, aumentando ainda mais o risco de fuga

do mercado português. “Seria praticamente um incentivo para que os investidores saiam do mercado português, o que é particularmente perigoso quando sabemos que o mercado de capitais tem de ser cada vez mais uma alternativa ao financiamento bancário”, afirma o responsável. “Seria quase uma ferida fatal, limitar ainda mais as condições de financiamento das cotadas, com um efeito directo no decréscimo da actividade económica”, defende Abel Ferreira.

Já a banca não se alonga em comentários, mas percebe-se o mal-estar. “A APB desconhece essa intenção”, afirmou fonte oficial da associação, acrescentando que “apenas não pode deixar de referir que a rentabilidade dos bancos está sob forte pressão”.



Luís Laginha de Sousa, que lidera a bolsa portuguesa, teme que se queira taxar “algo que vai deixar de existir”, devido à fuga de investidores do nosso mercado para outros destinos.



A APB, liderada por Faria de Oliveira, afirma desconhecer a medida, mas faz questão de “referir que a rentabilidade dos bancos está sob forte pressão”.



Abel Ferreira, CEO da associação das cotadas, afirma que a introdução da taxa “seria quase uma ferida fatal”, afastando os investidores e dificultando o financiamento das empresas.



Octávio Viana, da associação de investidores ATM, defende que a medida é “uma medida populista que não está assente num racional financeiro”.

No que toca aos investidores, a associação ATM não destoa das restantes reacções. Segundo Octávio Viana, presidente da associação, esta é uma “medida populista, assente em conceitos ideológicos e não num racional financeiro”. “É muito fácil deslocar investimento lá para fora, isso já acontece e vai acontecer ainda mais, e isto num mercado que já é pouco atractivo”, alerta. Segundo Octávio Viana, muitas operações no mercado nacional “são negociação por algoritmos, que apostam na arbitragem entre valores com pequeníssimas diferenças, e toda essa liquidez vai desaparecer, porque deixa de ser financeiramente interessante fazê-lo”. Por outro lado, prossegue, a queda muito significativa dos negócios iria, isso sim, provocar uma descida da receita fiscal, ao contrário do pretendido. O presidente da associação de investidores deixa ainda uma sugestão, de que o Governo solicitasse um estudo sobre o impacto desta medida à CMVM, “a entidade que mais percebe desta matéria”.

Do lado dos fiscalistas ouvidos pelo Diário Económico, as opiniões são mais moderadas e, sobretudo, de alguma prudência. Carlos Loureiro explica que, sendo Portugal “um país aberto será difícil tomar estas medidas isoladamente, uma vez que a solução ainda está a ser discutida a nível europeu”. Também Nuno Cunha Barnabé considera que, para resultar, a medida deverá ser tomada de forma alargada na Europa. Além disso, é necessário perceber sobre quem vai recair a taxa, se sobre os investidores se sobre os intermediários. ■

impor taxa sobre transacções financeiras

da nova legislação francesa. Paris implementou uma taxa de 0,2% sobre acções e obrigações mas que não cobre todo o grupo de produtos derivados que figurava na proposta da Comissão Europeia. A iniciativa de Durão Barroso incluía uma taxa de 0,1% sobre as acções e obrigações, e outra de 0,01% sobre os produtos derivados. Estes níveis seriam mínimos, pelo que a legislação francesa, menos ambiciosa no âmbito mas mais forte na taxa, estaria integrada. A iniciativa

lançada há mais de um ano pela Comissão não mereceu o consenso a 27, por oposição dos britânicos (apesar destes terem um imposto de selo algo semelhante a esta taxa), e também não colheu unanimidade entre a zona euro, por oposição dos irlandeses, entre outros com reservas. Para que este caminho de cooperação reforçada possa ser integrado no âmbito comunitário, como Schengen e a moeda única foram no passado, terá de reunir pelo menos nove Estados-membro. L.R